



QUE FESTA É ESSA: VIOLÊNCIAS EM CONTEXTOS DE FESTAS UNIVERSITÁRIAS

Área temática: Direitos Humanos, Relações de Gênero e Gestão de Pessoas

Gabriel Martire

gclm85@yahoo.com.br

Carolina Pires

carolpiresproject@gmail.com

Carolina Parreiras

carolparreiras@gmail.com

Marcio Braga

m_hbrj@hotmail.com

Resumo: Notícias, Relatos, Imagens E Estudos Sinalizam Para Práticas De Violência Em Ambientes Universitários. Nesse Sentido, A Temática Deste Trabalho É Uma Breve Análise Sobre A Violência Em Festas Universitárias, E Sobre Como Empresas Privadas Podem Colaborar No Reforço De Estereótipos, Desigualdades E Discriminações. Assim, O Objetivo É Pensar O Conceito De Violência A Partir De Análises Empíricas, E Também Observar Como Os Fenômenos Sociais Se Desenvolvem Através De Micro Relações. Primeiramente, Pretende-Se Fazer Um Levantamento Dos Materiais Documentais Que Apontam Para As Violências Praticadas Em Festas Universitárias. Logo Depois, Será Realizada Uma Breve Revisão De Literatura Sobre O Conceito De Violência, Principalmente, No Tocante Às Questões De Gênero, Raça E Sexualidade. Por Fim, Tentamos Trazer Algumas Reflexões Sobre As Relações Entre Empresas Privadas E As Micro Relações No Espaço Universitário.

Palavras-chave: Violência, Festas, Universidade, Empresas.



Introdução

O ambiente universitário brasileiro parece conjugar diversas singularidades. Dentre essas características comuns, teoricamente, costumam-se classificar as atividades universitárias em acadêmicas e não acadêmicas. As atividades acadêmicas são aquelas direcionadas diretamente aos estudos, já as atividades não acadêmicas são aquelas voltadas ao lazer. Assim, cabe esclarecer que a preocupação que tomamos aqui concentra-se nas análises das atividades não acadêmicas¹. Nessas ações, muitas vezes, pessoas e empresas privadas se associam em parcerias voltadas à realização de festas universitárias, como se verá mais adiante.

Cabe ressaltar que as observações apontadas aqui não pretendem negar ou mesmo deixar de citar a existência de outras interações que se formam no meio acadêmico, sejam elas vistas especificamente em suas capilaridades ou mesmo entrelaçadas no complexo universo das relações em geral. Contudo, nossa preferência é por manter um recorte mais específico de observação nas relações entre atividades não acadêmicas e empresas privadas.

Feita essa distinção, nota-se que a rotina estudantil integra uma série de processos. Toda essa dinâmica costuma direcionar as pessoas a cumprirem determinadas finalidades, que são as suas capacitações profissionais, habilitando-as a atuarem em distintas áreas. Consequentemente, os elementos comuns das universidades acabam tocando sensivelmente na formação de redes muito maiores de relações, para além do campo universitário.

Nesse tocante, entender as produções verticalizadas de poder e as violências permeadas nas relações entre pessoas nas universidades, especialmente nas festas, são centrais para pensar mecanismos de combate aos focos de violência. Isso, muito provavelmente, está ligado ao pressuposto da construção social. Essa é uma das explicações, talvez a mais coerente, para entender as bases dos determinismos e naturalizações produzidas por determinados discursos e comportamentos.

É na construção de paradigmas entre o que é certo e errado ou o que é normal e anormal, que situações específicas do cotidiano dos estudantes acabam por gerar hierarquias

¹ Na Tese “Aspectos da vida acadêmica associados ao uso de álcool e outras drogas”, Alexandre Fachini faz uma avaliação em torno do uso de álcool e outras drogas no contexto acadêmico. Desde a introdução, ao falar sobre os aspectos do contexto da vida acadêmica, o autor faz referência a alguns teóricos que esclarecem as diferenças entre atividades consideradas “acadêmicas” e atividades consideradas “não acadêmicas” (FACHINI, 2013, p. 3-4). Nesse sentido, parece interessante a análise do contexto universitário que o autor aborda em relação aos estudantes.

nas relações entre eles. Essa rede de contatos sociais são, muitas vezes, as máquinas que movem as práticas de exclusão, de desrespeito e de desigualdade, conceitos esses que serão desenvolvidos ao longo do texto.

Logo, por meio desses pressupostos, seria possível compreender as constituições de poder sobre categorias de gênero, raça e sexualidade nas relações universitárias? Se isso é possível, como promover possibilidades subversivas de inclusão, respeito e igualdade das categorias nos próprios termos do poder?

Seguindo essas reflexões, o artigo se subdivide em três tópicos. No primeiro foram reunidos alguns dados relevantes que indicam determinadas produções verticais de poder e de violências ocorridas em festas universitárias. Nesse sentido, alguns relatos e registros de abusos sexuais noticiados situam e contextualizam as relações de violência interligadas a uma correspondência sobre categorias de gênero, de raça e de sexualidade.

Já no segundo tópico, alguns levantamentos referenciais teóricos ajudam a esclarecer em que medida as empresas privadas podem promover discursos que incorporam e fixam determinadas características às categorias de gênero, de raça e de sexualidade. Seguindo esse raciocínio, com o intuito de demonstrar como são criados os discursos deterministas, algumas imagens de cartazes, produzidos por empresas privadas em acordo com estudantes universitários, serão analisados.

Por último, no terceiro tópico, pretendemos avançar nas reflexões. Para isso, optamos por buscar como referência teórica a problematização das categorias, bem como a reconfiguração de novas relações de poder. Essa ideia parece sugerir estratégias políticas mais horizontais na viabilização de planos mais eficazes contra violências direcionadas a determinadas categorias.

1 – Violências nas festas universitárias: breves abordagens sobre violências cometidas em algumas universidades brasileiras

As universidades brasileiras vêm constatando um cenário de constantes práticas de violências direcionadas às categorias de gênero, de raça e de sexualidade. Os ambientes festivos nas universidades são, em sua grande maioria recheados de práticas diversas de exclusão, de desrespeito² e de desigualdade entre estudantes.

² Em relação ao conceito da palavra respeito, partilha-se o entendimento de Heloisa Buarque de Almeida, em entrevista ao “Jornal do Campus” *on-line*, 2014.



De acordo com a professora Heloisa Buarque de Almeida, doutora em Ciências Sociais, coordenadora do programa USP Diversidade,

a proporção de alunos nas universidades costuma ser elevada, o que vem demandando propostas para se “pensar em regras de convivência no bom sentido da regra, no sentido do respeito, de convivência. Não é que não se possa ter festas, que não se possa beber. Mas se as festas se tornam um lugar de abuso, esse tipo de festa não se pode ter mais. É outra coisa. Do meu ponto de vista, o problema é como fazer a confraternização. Se a festa se torna um espaço de coação, de constrangimento, de humilhação, a piada machista, a piada homofóbica, a piada racista... aí temos um problema” (ALMEIDA, “Jornal do Campus” *on-line*, 2014).

Nesse sentido, pensar a realização de festas, nas quais os espaço de encontro não sejam álibis para a realização de abusos requer esforços estratégicos consistentes. Isso porque, os abusos podem surgir de diversas direções, com as mais distintas causas. Por exemplo, serão destacados aqui diversos relatos das práticas de violências ocorridas em festas universitárias. Constata-se frequentemente em notícias divulgadas por diversos meios de comunicação, bem como informações de base estatísticas, casos de abusos sexuais e de diferentes formas de discriminação recorrentes nas universidades.

Sabe-se também que muitos casos de violência são ocultados pelas vítimas que temem, não só se exporem publicamente, como restarem desamparadas de um adequado atendimento por parte das instituições.

Atualmente, são poucos os espaços criados para que estudantes se sintam à vontade para falar abertamente de abusos. Com a criação dos coletivos feministas, esses locais se ampliaram. Isso porque, nesses espaços além de serem discutidas questões de gênero e de sexualidade, também são realizadas atividades contra opressões. Mas isso não é o suficiente, pois “poucos são levados às instâncias oficiais porque as vítimas têm medo e existe um sentimento de impunidade” (ALMEIDA, “G1” *on-line*, 2014).

A professora Lúcia Vilela Leite Filgueiras (“G1” *on-line*, 2014) compartilha o mesmo assunto destacando que, atualmente, a dificuldade de acolhimento encontrada pelas vítimas ao denunciarem abusos na Ouvidoria da USP costuma ser tão grande, que muitas delas desistem de perseguir a punição dos autores. Além disso, muitas situações de abuso sequer chegam nas Ouvidorias, por medo de não haver proteção adequada às pessoas que denunciaram.



A situação de abuso sexual que ocorreu na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) é mais um exemplo de precariedade quanto à proteção das vítimas. Sobre o caso, em entrevista ao “Jornal do Campus” *on-line* (2014), a professora e antropóloga Heloisa Buarque de Almeida fala sobre como tomou conhecimento dos relatos de violências cometidos nas festas da USP, e destaca ainda as possíveis causas e soluções para os problemas que decorrem de situações como as de abusos sexuais.

Em síntese, a antropóloga resgata a importância da análise geracional, o que pode ajudar a entender as classificações de consentimento, sexo, violência, estupro e práticas ditas “rituais de iniciação”, associadas ao trote.

Em resposta a uma das perguntas direcionadas a Heloisa Buarque sobre como ela caracterizaria o problema da violência, especificamente, da forma como ocorreu na FMUSP, ela discorre:

O caso da Medicina ganhou muito destaque porque juntou esse tipo de trote com a violência sexual das festas, os estupros. Nem sempre eles estão associados. Isso permite que alguns desses casos sejam realmente vistos como gravíssimos. Isso vai permitir, e é muito importante isso, que a Universidade se repense. Nas Universidades federais, por conta inclusive das cotas, você tem agora uma pró-reitoria de assuntos estudantis, de assuntos comunitários. Isso permite que você comece [sic] a pensar os relacionamentos entre alunos, professores e funcionários como um problema que a gente precisa lidar, [sic] com políticas, com planejamento, [sic] mais de longo prazo [...] como combater a violência nos trotes, como trocar o trote por uma recepção aos calouros, como combater a ideia de humilhação. Porque o trote vem de uma tradição universitária de quando a Universidade era uma elite mínima que fazia entre si mesmo esse trote, e criava uma corporação de segredo, uma mentalidade classista, de “nós somos os bons”. Agora, nós temos que olhar para a Universidade pós democratização, pós constituição de 88 de um outro jeito. É preciso mudar (ALMEIDA, “Jornal do Campus” *on-line*, 2014).

Cabe ressaltar que não são raras as notícias de violências perpetradas em festas universitárias³. Como exemplo, em matéria divulgada por Maria Martin no “El País” *on-line* (2015), foram apontados números em torno de 143 mil estupros cometidos por ano em universidades, mas que somente 35% das vítimas costumam denunciar.

Segundo matéria de Maria Martin (“El País” *on-line*, 2014), o caso de Marina Souza Pickman, de 24 anos, chama a atenção por ser um exemplo de descaso em relação às políticas

³ Em uma pesquisa genérica, nos noticiários mencionados aqui, foram encontrados casos envolvendo algumas das principais universidades do País.



públicas de combate aos abusos sexuais cometidos em festas universitárias. As afirmações de Marina para a reportagem remontam mais um caso, igualmente ao de mais nove mulheres, de anos de silêncio, revelando um submundo de violências e abusos sexuais mantidas ocultas na FMUSP.

Segundo Maria Martin (“El País” *on-line*, 2014), “as violações constituem somente a ponta de um *iceberg* de uma cultura na qual não só as mulheres são ultrajadas, mas também são reprimidos os alunos homossexuais e negros”. Ao que tudo indica, Maria Martin também aponta para altos índices de casos de estupro que ocorrem nas universidades brasileiras, conforme bases estimativas de estatística do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014.

Por fim, após narrativa do desenvolvimento do caso de Marina, a redatora destaca também algumas falas bastante esclarecedoras da vítima: “durante muito tempo eu me culpei por ter bebido e não ter oferecido resistência suficiente, por ter confiado”; “mas hoje me parece ridículo que não possa embebedar-me em uma festa da minha faculdade com meus colegas de classe, pois podem estuprar-me”.

Esses casos de abuso são mais comuns em três momentos, segundo a antropóloga Heloisa Buarque (G1 *on-line*, 2014): “nos trotes universitários, quando calouras e calouros são submetidos a atividades definidas por veteranos, nas festas das faculdades e dentro das residências estudantis”.

"O que é muito comum é aquela situação da menina que bebe demais, está inconsciente, e os colegas mesmo abusam dela. Mais comum não é ser funcionário, é colega, e isso é mais assustador", explicou ela (MORENO, Ana Carolina; ALMEIDA, Heloisa B. de. G1 *on-line*. 2014).

O fato de Heloisa B. de Almeida ser professora e trabalhar cotidianamente com estudantes parece ter direcionado um recorte para que a antropóloga buscasse as correspondências em torno do problema universitário. “Só na USP, Heloisa diz ter sido informada indiretamente de pelo menos 20 casos de estupro ou violência física cometidos por alunos contra alunas nos últimos anos, e só quatro deles fora dos campi” (MORENO, Ana Carolina; ALMEIDA, Heloisa B. de. G1 *on-line*. 2014). Com isso, o trabalho de pesquisa desenvolvido por Heloisa Buarque pretende expandir a compreensão das violências para além do espaço da USP. Isso porque,



Ela lembra que o problema não está isolado na USP e diz ter descoberto "fococas" sobre casos em Santa Catarina, Bahia, Ouro Preto, entre outros. "É fofoca. Mas é fofoca reveladora de alguma coisa que está acontecendo, porque ninguém inventa uma coisa dessas"(MORENO, Ana Carolina; ALMEIDA, Heloisa B. de. G1 *on-line*. 2014).

O que ainda parece ser um grande obstáculo para a implantação de estratégias e projetos para combater toda violência que, de certo modo, enlaça questões de exclusões, desrespeitos e desigualdades são ainda burocracias administrativas internas das universidades. Há também o medo que algumas direções de universidades têm de trabalhar o tema aqui discutido, em razão de embasamento nos supostos riscos que “escândalos” poderiam provocar em termos de desprestígio para as instituições.

Como afirma Heloisa Buarque, existe um pânico na repercussão que debates em torno de problemas envolvendo crimes no interior de universidades pode provocar na opinião pública ou política. "Todas as escolas mais tradicionais, [...] acham que têm que proteger a faculdade. Dizem que não podem denunciar porque é ruim para o nome da escola. Mas o que é ruim para o nome da escola é não denunciar, é não apurar, é não punir” (ALMEIDA, G1 *on-line*, 2014). Isso acaba por manter alunos e alunas, muitas vezes, sob um invólucro de silêncio e conformação. Ana Carolina Moreno destaca:

Na Universidade de São Paulo, a investigação dessas denúncias é responsabilidade de cada faculdade. "Depende da posição dos diretores, depende da posição dos professores mais poderosos, os professores titulares. Tem diretor que é pessoa completamente envolvida com direitos humanos, faz comissão de sindicância, ouve as partes. E em algumas unidades os diretores não querem que esses casos sejam apurados", afirma a antropóloga (MORENO, Ana Carolina; ALMEIDA, Heloisa B. de. G1 *on-line*. 2014).

Esses, acontecimentos podem estar ou não relacionados com muitos fatores internos das universidades, porém, ao que tudo indica, são situações que demandam um posicionamento mais ativo das mesmas, em termos de orientações e políticas de atendimento e proteção, tanto para as vítimas⁴, quanto para os demais estudantes.

Sobre orientações e políticas de atendimento e proteção, Heloisa Buarque preleciona:

⁴ Ana Carolina Moreno destaca: “Para melhorar o atendimento da universidade às vítimas, o programa, que integra o Núcleo de Direitos da USP, estuda formas de padronizar o acolhimento e a investigação das denúncias de todos os tipos de violência e discriminação, treinar funcionários da segurança e fazer uma pesquisa com a comunidade uspiana para mapear os casos de violações de direitos”. Ainda na mesma matéria, diz: “Além da conscientização das vítimas, [...] é preciso mudar a estrutura oficial de acolhimento e apuração dessas denúncias, principalmente a desigualdade com que elas são tratadas nas diferentes unidades da USP” (MORENO, Ana Carolina; ALMEIDA, Heloisa B. de. G1 *on-line*. 2014).



“O que eu sinto é que é preciso criar uma política transformadora na Universidade e essa política não basta vir de cima para baixo. Ela deve contar com a participação dos alunos, porque os alunos já estão participando, visto o fato que na Universidade estão aumentando cada vez mais os coletivos feministas, os coletivos LGBT. Eu às vezes discordo dos coletivos, mas eu saúdo a presença deles aqui. Eles são importantíssimos para a gente criar parcerias com alunos que buscam essa ideia da boa convivência. Da mesma forma que a gente não quer mais aceitar o trote, não queremos mais aceitar que o aluno sofra coação, constrangimento, humilhação para ser aceito na Universidade. A gente [...] não quer mais aceitar algumas coisas como a piadinha machista em sala de aula. O professor tem uma posição de autoridade, ele não pode humilhar as alunas mulheres. Assim como ele não pode fazer algo contra os negros ou os gays. E a gente começa a ter também alunos transexuais, travestis. Eles tem que ser recebidos, acolhidos, respeitados. É fundamental, porque a sociedade mudou, essas pessoas estão aí, elas são parte da sociedade. A gente tem que ter um esforço de convivência e de conscientizar alunos professores e funcionários que é preciso ser diferente, de que a Universidade pode ser um lugar de acolher as diferenças. É possível. Vão haver conflitos, mas o que não se pode ter é uma violência institucionalizada e naturalizada como se tem no trote. É urgente que isso acabe. Isso não acaba só se a Universidade proibir. Os alunos tem que entender. Isso acaba se o aluno lá da Atlética da Medicina, por exemplo, entender que aquilo que ele acha que é uma brincadeira, uma piada, chama-se violência, chama-se violação de direitos humanos e isso é crime” (ALMEIDA, “Jornal do Campus” *on-line*, 2014).

Mas, não é só isso. Acredita-se que uma postura mais participativa dos próprios estudantes deveria fomentar discussões em torno do assunto. Tais iniciativas poderiam ocorrer de modo aberto e transparente, com a finalidade de contextualizar e traçar um posicionamento crítico sobre posturas de discriminação, de submissão, de opressão e demais temas relacionados.

2 – Festas que se compram: observações sobre os conteúdos imagéticos vendidos na publicidade

Em estudo de campo realizado na Universidade Federal Fluminense de Niterói - RJ, buscou-se investigar como funcionava o Diretório Central dos(as) Estudantes Livre “Fernando Santa Cruz” – DCE, que, segundo próprio regimento interno do “Estatuto” *on-line*, oficializando sua criação, versa:

Artigo 1º – O Diretório Central dos(as) Estudantes Livre “Fernando Santa Cruz” é uma associação civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada,



sem filiação político-partidária, livre e independente dos órgãos públicos e governamentais, entidade máxima de representação e coordenação dos(as) estudantes da Universidade Federal Fluminense (DCE UFF. *Estatuto*. Niterói, 2006).

Sua localização não é mais a mesma daquela informada no parágrafo 1º do “Estatuto”. Isso foi constatado em visita pessoal ao local. Este se encontra em estado de abandono e precariedade dos espaços internos. Assim, restou inviável a instalação e trabalho das pessoas no antigo prédio do DCE, razão pela qual passaram a se fixar no campus da Faculdade de Engenharia da UFF, em Niterói.

Em entrevista realizada com Garcez (2016), um dos integrantes e participantes da conquista pelo Estatuto mencionado, e que também é membro ativo das organizações das festas internas da UFF, muitas informações foram obtidas para melhor compreensão do contexto que aqui se observa.

Nos relatos de Garcez, a UFF proibiu festas internas quando houve um caso de morte no ano de 2005, em uma festa realizada na quadra da Faculdade de Direito⁵.

A partir desse período, a UFF passou muito tempo sem autorizar a liberação de novas festas. Contudo, por pressão do DCE, juntamente com o interesse dos alunos e das alunas, foi proposta a elaboração de um regulamento para realização de festas internas na UFF. O regulamento recebeu aprovação recentemente⁶.

Sobre as normas, Garcez forneceu alguns esclarecimentos. O regulamento das festas internas, na UFF, teve como molde regulamentos de outras universidades nacionais, que já possuíam autorizações para realização de festas internas.

⁵ Em decisão unânime da 8ª Turma Especializada do TRF-2ª Região, a Universidade Federal Fluminense – UFF foi condenada a pagar indenização de cerca de 62 mil reais por danos morais a um casal pela morte de seu filho em festa realizada dentro da Faculdade de Direito, no campus do Ingá (Niterói), em 2005. A organização da festa foi realizada pelo Centro Acadêmico Evaristo da Veiga (Caev) e pelo Diretório Acadêmico de Comunicação Social (Daco). Para a UFF, a culpa seria da vítima, mas isso não é o entendimento do relator do caso, Poul Erik Dyrland. Essas informações encontram-se disponíveis em: <<http://trf-2.jusbrasil.com.br/noticias/1950945/morte-em-festa-dentro-da-faculdade-de-direito-da-uff-gera-indenizacao-e-pensao-aos-pais-da-vitima>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

⁶ Em nota *on-line* destaca-se: “depois de mais de um ano de proibição de realização de festas nas unidades da UFF, com atos culturais e mobilizações estudantis em torno da liberdade de organização de atividades nos espaços da UFF, os conselheiros estudantis conseguiram aprovar o retorno das festas. A decisão foi aprovada na sessão ordinária do conselho universitário de 30 de agosto. Foi construído um regimento para regulamentar a realização das atividades festivas nas unidades, mas ele ainda não é o definitivo. Haverá uma outra reunião do conselho para fechar os detalhes desse regimento. Alguns pontos importantes foram incluídos aí, como a criação de uma comissão que deverá acompanhar e ajudar (inclusive com apoio financeira e estrutural da universidade) as festas. Mas vale ressaltar que as festas continuam precisando de autorização dos diretores das respectivas unidades para poderem acontecer em seus campi”. Disponível em: <<http://www.uff.br/dce/2006/outubro/13/06.html>>. Acessado em: 15 de março de 2016.



Com a nova autorização para realização das festas universitárias dentro dos diversos campi da UFF, algumas festas já foram realizadas. Duas dessas realizações receberam um grande número de alunos. Além disso, existem preocupações em torno de propostas temáticas que incorporem ambientes mais inclusivos, com base na promoção do respeito entre as pessoas e da igualdade. O próprio Estatuto do DCE traça esses objetivos, princípios e finalidades no artigo 2º, como se observa, nesses termos:

- a) Representar os(as) estudantes da Universidade Federal Fluminense, no todo ou em parte, judicial ou extra-judicialmente;
- b) Defender o ensino Público, Gratuito e de Qualidade, para todos(as) e referenciado socialmente.
- c) Promover e incentivar todas as formas de organização dos(as) estudantes;
- d) Cooperar com as entidades representativas dos(as) estudantes secundaristas;
- e) Incentivar as relações amistosas entre as organizações estudantis de todo o mundo;
- f) Defender a gratuidade e melhoria do ensino do país;
- g) Lutar pelo livre acesso à educação;
- h) Defender a democracia e as liberdades fundamentais do homem e da mulher;
- i) Difusão e fomento de atividades culturais, esportivas, artísticas e de interação e lazer entres os(as) estudantes e a sociedade
- j) Apoiar a luta dos(as) trabalhadores(as), da cidade e do campo, em prol de suas causas.
- l) Repudiar e combater à discriminação por etnia, orientação sexual, gênero, religião e opção partidária.
- m) Divulgar e defender as bandeiras e resoluções do Congresso de Estudantes da UFF dentro dos fóruns do movimento estudantil da UFF (CAs, DAs, CCAs, Assembléias), do movimento estudantil nacional e das entidades representativas (DCE UFF. *Estatuto*. Niterói, 2006).

Cabe destacar que as festas costumam ser realizadas no campus do Gragoatá e nos campi próximos desse, em locais abertos.

As festas vinculadas ao DCE são internas e não cobram ingressos de entrada para participação. Isso contrasta com as festas que são divulgadas dentro da UFF, mas realizadas fora dos campi. Estas festas externas sempre cobram ingressos de entrada e são realizadas com parcerias entre empresas privadas e estudantes, por meio de grêmios e diretórios acadêmicos.

Além disso, as festas internas não costumam ser abertas para pessoas que não sejam estudantes, o que, entretanto, não impede pessoas de fora do grupo participarem.

Quanto ao pessoal responsável pela segurança nas festas, Garcez (2016), falou que existe sempre certa preocupação em relação à paridade do número de seguranças homens e do número de seguranças mulheres.



Nas festas internas e de menores proporções, o DCE apenas solicita autorização dos diretores das Faculdades. Algumas dessas realizações tiveram temáticas LGBT, cuja iniciativa partiu do Coletivo Diversitas UFF.

Assim, as festas universitárias que ocorrem no campus da UFF são realizadas somente segundo regulamentação interna e com acompanhamento do DCE. Já as festas externas possuem características próprias e são majoritariamente voltadas para um público heterossexual.

Sem dúvida, o objetivo central deste trabalho é observar justamente essas relações entre empresas privadas e público alvo. Assim, em que medida o mercado de consumo para festas universitárias pode contribuir ou não para fixar identidades, estabelecer poderes verticalizados e contribuir para a produção de violências?

A partir desse ponto, com base nas imagens de alguns cartazes produzidos por empresas privadas, podemos abrir espaço para discussões, bem como problematizar o tema a partir da apresentação de alguns referenciais teóricos.

Goffman (1963) é um autor que desenvolve alguns estudos a respeito dos estigmas e dos estereótipos em diferentes contextos sociais. Ele demonstra como diferenças podem ser fixadas e hierarquizadas. Assim, sua teoria guarda importância com as análises apresentadas aqui. Isso porque, a reprodução de estigmas e estereótipos são constantemente utilizadas nas imagens publicitárias para festas universitárias.

Tais elementos podem ser observados nos discursos publicitários, que representam identidades cristalizadas de gênero, constantemente compondo um modelo de homem e um modelo de mulher, onde a figura iconográfica da mulher é nitidamente vendida como objeto de fetiche, de satisfação para os desejos sexuais de homens.



Figura 1: “Choppada Enfermagem”, fotografia tirada no prédio do DCE/UFF, Niterói, 2016.



Figura 2: “Choppada Veterinária”, fotografia tirada no prédio do Campi Gragoatá/UFF, Niterói, 2016.

Na figura 1, o cartaz descontextualiza a vida de Inês Tânia Lima da Silva, mais conhecida pelo nome artístico Inês Brasil, para explorar uma imagem com identidade exageradamente sexualizada. Diversos outros elementos da imagem, tanto na figura 1, como na figura 2, centralizam e destacam a figura de um corpo feminino exageradamente sexualizado.

Nesse sentido, compartilhando também sobre a temática do estereótipo como forma de determinação, demarcação e submissão de identidades naturalizadas, Sergio Carrara, antropólogo, no livro elaborado para o curso de especialização em gênero e sexualidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, tece alguns comentários:

Os estereótipos são, também, de certa forma, uma maneira de ‘biologizar’ as características de um grupo, isto é, considerá-las como fruto exclusivo da biologia, da anatomia. O processo de naturalização ou biologização das diferenças étnico-raciais, de gênero ou de orientação sexual, que marcou os séculos XIX e XX, vinculou-se à restrição da cidadania a negros, mulheres e homossexuais (CARRARA, 2010, p. 26).

Para os dois autores, Goffman e Carrara, a manipulação de determinados significados para a constituição de identidades pode demarcar inferioridades inscrita no corpo. Essas



inscrições constituem formas de subjugar diferenças, segundo padrões culturais de normalidade. Isso atinge diretamente a diversidade, gerando desigualdades claras no contexto social.



Figura 3: “Choppada Medicina”, fotografia do panfleto pego no mural do Campi Gragoatá/UFF, Niterói, 2016

Para algumas autoras que desenvolvem estudos na temática de gênero e sexualidade, como Donna Haraway (2004), MacKinnon é apontada por sua crítica teórica nos processos de representação e análise da violência em termos de gênero. Para MacKinnon, a utilização da figura de mulheres coisificadas sexualmente implicam na construção social da sexualidade.

MacKinnon viu a construção da mulher como a construção material e ideológica do objeto de desejo do outro. Assim, as mulheres não são simplesmente alienadas do produto de seu trabalho; enquanto existem como “mulher”, isto é, objeto sexual, elas não são sequer potencialmente sujeitos históricos. “Para as mulheres não há distinção entre reificação e alienação porque as mulheres não são autoras de reificações, nós as temos sido”. As conseqüências epistemológicas e políticas desta posição são enormes e têm sido extremamente controvertidas. Para MacKinnon, a produção de mulheres é a produção de uma ilusão bem material, “mulher”. Desmanchar esta ilusão material, que é a realidade vivida das mulheres, requer uma política de conscientização, a forma específica da política feminista no quadro de MacKinnon. “A sexualidade determina o gênero”, e “a sexualidade das mulheres é seu uso, assim como nossa feminilidade é sua alteridade” (HARAWAY, 2004, p. 232).



Outra autora, Scott (1990), contribui para a análise da discussão temática a partir do desenvolvimento da conceituação de gênero ao longo da história. Desse modo, Scott explora “a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la” (1990, p. 3). Nessas expressões de gênero, observou-se que as relações sociais estabelecem divisões de poderes, cujas hierarquias criam um simbolismo de controle e dominação.

Esses estudos mostravam que deviam ser desconstruídas visões conservadoras e deterministas entre os sexos, para se impulsionarem movimentos tanto no âmbito das experiências pessoais e subjetivas, quanto nas atividades públicas e políticas. Nesse sentido, a autora aponta a seguinte solução:

Eu não acho que tenhamos que deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas eu acho, em contrapartida, que temos que mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos. Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá (SCOTT, 1990, p. 20).

Por conseguinte, Scott (1990, p. 21) também questiona a existência de um núcleo essencial da definição de gênero, a partir da sua constituição de relações sociais baseadas nas diferenças notáveis entre os sexos, como também por sua força de significar as relações de poder. Avaliar a história pela perspectiva de gênero, por exemplo, ajuda a entender melhor as relações de construção de uma visão, predominantemente, androcêntrica.

As diferenças não devem ser transformadas em hierarquias. Para isso sugere-se a implementação de espaços mais abertos de discussão, evitando que o conceito de gênero se torne limitado e alvo de controle. Em suma, diferenças existem e fazem a complexidade da vida. Preocupante é, quando as diferenças se tornam marcadores de desigualdades.

Gênero, raça e sexualidade entraram na pauta de profundos debates, principalmente, para questionar as relações de poder, os entrelaçamentos e a exploração que se fazem dessas categorias no amplo mercado de consumo. A retomada dessas categorias para a discussão sobre parcerias entre empresas privadas e o público universitário busca problematizar a normatização das formas como os corpos devem agir.

Com efeito, as imagens reveladas nos meios publicitários para divulgação das festas universitárias buscam definições da sexualidade como se elas fossem verdades. Contudo, “os

significados que damos à sexualidade e ao corpo são socialmente organizados, sem dizer o que o sexo é, ou o que ele deve ser” (WEEKS, 2000).

No período que compreende, aproximadamente, os últimos dois séculos, “sexo” adquiriu um sentido mais preciso: ele se refere às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, a corpos marcadamente diferenciados e ao que nos divide e não ao que nos une (WEEKS, 2000).

Uma das formas de perceber tais questões é despertar a consciência para a forma como as coisas são realizadas, que não são formas únicas de fazê-las, pois, ao perceber como as coisas funcionam no tempo e como essas mesmas coisas se transformam tanto na história como em diferentes culturas, isso força a questionar por que as coisas são como são hoje em dia.

A sexualidade está sujeita à modelagem sociocultural em um nível que é sopesado por poucas outras formas de comportamento humano. Isso contraria bastante a nossa crença normal de que a sexualidade nos diz a verdade definitiva sobre nós mesmos e sobre nossos corpos: ao invés disso, ela nos diz algo mais sobre a verdade de nossa cultura (WEEKS, 2000).

Alguns dos fatores que vêm ajudando a desmistificar os tradicionais conceitos essencialistas são os debates e pesquisas em torno do construtivismo. Outros avanços são alcançados em razão dos esforços das ações feministas, LGBT, raciais, dentre outras políticas de afirmação, visualização e formalização de direitos para o acesso horizontal nas relações de poder.

3 – Novas perspectivas para o empreendimento imagético publicitário

No sentido de avançar ainda mais o aprofundamento sobre as relações de poder em termos de gênero, raça e sexualidade, a Teoria *queer* ganha lugar de destaque na problematização. Isso porque, ela se insere nas novas formas de percepção sobre as estruturas pré-estabelecidas e naturalizadas socialmente.

As novas perspectivas de embates envolvendo gênero, raça e sexualidade tendem a questionar arranjos fixos de identidades. Por outro lado, pensar no sujeito requer soluções possíveis para que as identidades possam ser reconhecidas e fluírem sem que isso determine formas de exclusão, discriminação e desigualdade.



Emerge assim um pensamento *queer*, não-normalizador, uma teoria social não heterossexista e que, portanto, reconhece a sexualidade como um dos eixos centrais das relações de poder em nossa sociedade. A teoria *queer* foi se constituindo como um conjunto bastante heterogêneo de discussões críticas que desafiaram a ordem heterossexual como sinônimo de normalidade. E desde seu surgimento nos Estados Unidos, em meados dos anos de 1980, constitui-se como um saber marginal que procurou desafiar as ciências canônicas, mas também o próprio movimento de gays e lésbicas, que, na crítica *queer*, estava se tornando assimilacionista e reiterador da ordem heterossexual, ou seja, da mesma lógica social que os havia constituído como seres anormais e socialmente indesejáveis (PELÚCIO, 2015, p. 2).

Nesse sentido, tem-se por base a crítica às estruturas impostas pelos discursos binários ou assimilacionistas em festas universitárias. Por isso, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”, como afirma a filósofa Judith Butler (2003, p. 48).

É nesse contexto que se toma por referência os estudos *queer*, visto que os

deslocamentos permitiram, ainda, que as identidades sociais fossem desnaturalizadas e interrogadas. Toda identidade é construída socialmente, isso implica que ela carrega marcas históricas, culturais, econômicas, entre outras; e por isso muda no tempo e no espaço. No âmbito dos estudos *queer*, identidades são contextuais, não são fixas. Ser uma mulher negra e lésbica, não se remete à mesma experiência em qualquer lugar ou tempo, tampouco o ser branca, jovem e lésbica. De forma que é preciso se considerar outros marcadores sociais que estruturam diferenças, questionando como estes são transformados em instrumentos que justificam desigualdades (PELÚCIO, 2015, p. 6).

Nesses termos, falar em estratégias sobre questões de inclusão, de respeito e de igualdade em festas universitárias requer alguns cuidados iniciais. É preciso “observar o modo como as fábulas de gênero estabelecem e fazem circular sua denominação errônea de fatos naturais” (BUTLER, 2003, p. 12).

Trazer essas reflexões para a lógica de consumo implica a criação de um modelo de ciência econômica crítica, que integre “em nível mais profundo, o reexame de conceitos e modelos econômicos que lidem com o sistema de valores subjacente e reconheça sua relação com o contexto cultural” (CAPRA, 1982, p. 172). A lógica que vem impregnando o sistema econômico é alimentada por uma cultura com raízes em valores masculinos e de orientação *yang*.



Traçar uma análise crítica, por outro lado, possibilita que novos valores possam integrar a pauta sistemática da economia, rompendo com a hegemonia de valores tradicionais e fornecendo às pessoas condições mais igualitárias de acesso às necessidades reais. Daí que os movimentos sociais deveriam estar incluídos nas abordagens do sistema econômico, visto que suas causas interferem diretamente no desequilíbrio e nas desigualdades políticas que se constituem no seio social.

O que as críticas feministas estão assinalando hoje de maneira convincente é que as atitudes patriarcais são muito mais antigas do que as economias capitalistas e estão muito mais profundamente arraigadas na maioria das sociedades. Com efeito, a grande maioria dos movimentos socialistas e revolucionários exibe uma esmagadora propensão masculina, promovendo revoluções sociais que deixam essencialmente intactos o controle e a liderança dos homens. (CAPRA, 1982, p. 175)

A lógica de mercado vem sendo arquitetada segundo a lei de oferta e demanda (FLORES, apud WOLKMER, 2004, p. 361-362). Contudo, Joaquín Herrera Flores parece compartilhar o entendimento de Fritjof Capra, ao dizer que

Os problemas culturais estão estritamente interconectados com os problemas políticos e econômicos. A cultura não é uma entidade alheia ou separada das estratégias de ação social; ao contrário, é uma resposta, uma reação à forma como se constituem e se desenvolvem as relações sociais, econômicas e políticas em um tempo e um espaço determinados (FLORES, apud WOLKMER, 2004, p. 363)

Assim, em termos de se criarem estratégias políticas, Guacira Lopes Louro (1997), ao traçar didáticas sobre gênero e sexualidade na educação, afirma:

a dúvida e o auto-questionamento se constituem em elementos fundamentais dentro da perspectiva teórica e política escolhida. O abandono de uma posição iluminada e iluminadora não significa, no entanto, o abandono de uma disposição política — muito pelo contrário. Tal posição pretende, deliberadamente, incitar o desasossego, a auto-crítica e a busca de ações mais efetivas. Persiste, assim, a pergunta: que fazer para mudar? Como agir, na prática cotidiana, de uma forma mais consoante com o que se vem discutindo até aqui? Quais as providências ou as atitudes mais adequadas para promover uma educação não-discriminatória (ou, no mínimo, uma educação menos discriminatória)? Ainda que movimentos coletivos mais amplos sejam certamente importantes, no sentido de interferir na formulação de políticas públicas — em particular políticas educacionais — dirigidas contra a instituição das diferenças e a perpetuação das desigualdades sociais, também parece urgente exercitar a transformação a partir das práticas



cotidianas mais imediatas e banais, nas quais estamos todas/os irremediavelmente envolvidas/os. Há, no entanto, um modo novo de exercer essa ação transformadora, pois, ao reconhecer o cotidiano e o imediato como políticos, não precisamos ficar indefinidamente à espera da completa transformação social para agir (LOURO, 1997, p. 121-122).

Por isso, qualquer ação que se espera transformadora na direção do exercício constante por práticas de inclusão, respeito e igualdade, requer a vigilância crítica sobre modelos de produção e reprodução de submissões, discriminações e opressões.

De certo, as imagens publicitárias das figuras 1, 2 e 3 carregam definições relevantes para se questionar: Para quem as imagens foram produzidas?; Como as imagens são produzidas?; Qual a relevância dos arranjos de gênero nas imagens?; Existem diferenças entre as imagens de propaganda de festas realizadas dentro da Faculdade e as realizadas fora?; Existem diferenças ao se comparar mensagens para públicos heterossexuais e para públicos alternativos, por exemplo?; Quais são as implicações geradas pelas diferenciações nos valores dos ingressos, por exemplo, para homens e para mulheres?; As imagens podem manipular ou gerar violências?; Os estereótipos das imagens podem produzir relações de hierarquia?

A proposta dessas reflexões é chamar a atenção de camadas cada vez maiores de pessoas para observarem o que está sendo direcionado nas relações entre empresas privadas e estudantes universitários. Isso porque, conforme citação de Guacira Lopes Louro:

temos de admitir que qualquer iniciativa ou proposta de desestabilização dos atuais arranjos sociais, de acolhida ou de estímulo a novos arranjos precisa contar, necessariamente, com a construção de redes de aliança e solidariedade entre os vários sujeitos envolvidos nas práticas educativas e escolares — dentro e fora da escola. A identificação dos possíveis aliados, a difusão de informações, a discussão e o convite talvez sejam passos importantes tanto para o reconhecimento da importância política que têm as relações de gênero e sexuais quanto para a disposição de questionar e transformar suas formas atuais (LOURO, 1997, p. 127).

A intensão é, como Louro aborda, desestabilizar atuais arranjos sociais, construindo novas relações com objetivos mais inclusivos, igualitários e de melhor convivência.

Considerações finais

Em suma, esperamos ter contribuído com algumas reflexões sobre o quanto pequenas práticas podem sustentar relações verticalizadas de gênero, de raça e de sexualidade. Já que, criar hierarquias implica criar desigualdades.

Além disso, não se pode adiar a tarefa concreta e contemporânea de repensar as possibilidades subversivas das categorias nos próprios termos do poder. Isso porque, são muitos os casos de violências constatados em festas universitárias.

Também ressalta-se aqui a importância que os canais de comunicação e as mensagens, tal como observadas em alguns cartazes de publicação de festas universitárias, podem reproduzir em termos de estereótipos, naturalização de determinadas práticas de desigualdades e reificação de pessoas.

Assim, destacamos propostas para que festas universitárias possam ser ambientes, de fato, de lazer comum.

Observamos também contextos singulares em festas universitárias quanto à elaboração de regulamentações específicas para tratar do assunto. Nesse sentido, a UFF parece proceder por duas vertentes distintas. Na primeira parece haver uma preocupação maior com o acompanhamento, junto aos alunos, das formalidades para a elaboração de festas universitárias. Já na segunda, parece haver uma despreocupação com o acompanhamento dessas formalidades, visto que estas não ocorrem nos campi da universidade.

Isso sugere a negligência de atividades e políticas voltadas diretamente aos problemas aqui apontados. Ora, se os convênios entre empresas privadas e estudantes das faculdades se inserem no contexto universitário, já que, inclusive, se valem dos espaços universitários para divulgarem propagandas, bem como se valem do nome da instituição, por que não são promovidos projetos mais abrangentes e ações para tratar do assunto?

Outrossim, o panorama dos estudos teóricos preocupados com as relações de gênero, de raça e de sexualidade são particularmente vastos e heterogêneos, porém para dar conta do assunto aqui, muito sinteticamente, seria inevitável não incorrer em algumas generalizações. Contudo, não se deixou de pincelar pontos relevantes sobre o tema, que repercutem diretamente no contexto de se repensar as festas universitárias.

Por último, no intuito de provocar inquietações entre o que foi observado nas propostas publicitárias de empresas privadas em parcerias com estudantes universitários,

unimos aqui, pela relação temática, o título deste artigo com o título da letra de música da artista norte-americana Stefani Joanne Angelina Germanotta, mais conhecida pelo nome artístico Lady Gaga:

Que festas são essas, até elas acontecerem com você?

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – ADUSP. **Debate sobre violência de gênero e raça nas universidades coloca em xeque a indiferença da USP frente às opressões.** Informativo nº 405. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/correcao/2373-debate-sobre-violencias-de-genero-e-raca-nas-universidades-coloca-em-xeque-a-indiferenca-da-usp-frente-as-opressoes>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPRA, Fritjof. **O impasse da economia.** In: CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1993.

CARRARA, Sérgio...[et al]. (Org.). **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade.** Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria Espacial de Políticas para as Mulheres, 2010.

CORREIO BRASILIENSE. **Após denúncia de estupro em festa, suposto algoz diz que ato foi consentido.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/01/04/interna_cidadesdf,512668/apos-denuncia-de-estupro-em-festa-suposto-algoz-diz-ato-foi-consentid.shtml>. Acessado em: 15 de março de 2016.

CRUZ, Elaine Patricia. Trotes em universidades são violações difíceis de punir, dizem especialistas. **EBC Agência Brasil**, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/trotes-em-universidades-sao-violacoes-dificeis-de-punir-dizem-especialistas>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

DIOGO, Adriano. Opinião: com trotes desumanos, futuros médicos ignoram valores da profissão. **UOL Notícias**, 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2015/03/24/com-trotes-desumanos-futuros-medicos-ignoram-valores-da-profissao.htm>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES LIVRE FERNANDO SANTA CRUZ. **DCE UFF: Estatuto.** Niterói, 2006. Disponível em: <<https://dceuff.wordpress.com/estatuto/>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

FACHINI, Alexandre. **Aspectos da vida acadêmica associados ao uso de álcool e outras drogas**. 2013. 143 f. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

FLORES, Joaquín Herrera. **Direitos Humanos, Interculturalidade e Racionalidade da Resistência**. Traduzido por Carol Proner. Cap. 11, in: WOLKMER, Antonio Carlos. Org. **Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

GARCEZ. Entrevista informal concedida a Gabriel Cerqueira Leite Martire. Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, em 23 de fevereiro de 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4ª ed. Digitalização de 2004 para arquivo de uso interno do curso EGeS, UERJ. Publicação original: 1963.

HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Tradução de Mariza Corrêa; Revisão de Iara Beleli. Artigos: Cadernos Pagu (22) 2004, pp. 201-246. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acessado em 19 de junho de 2016.

JORNAL DO CAMPUS. **“Há um problema evidente com a noção de consentimento”**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2014/12/ha-um-problema-evidente-com-a-nocao-de-consentimento/>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

JUSBRASIL; TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO. **Morte em festa dentro da Faculdade de Direito da UFF gera indenização e pensão aos pais da vítima**. 2011. Disponível em: <<http://trf-2.jusbrasil.com.br/noticias/1950945/morte-em-festa-dentro-da-faculdade-de-direito-da-uff-gera-indenizacao-e-pensao-aos-pais-da-vitima>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

MARTIN, Maria. Abusos nos campi: agressões sexuais envergonham a melhor universidade do Brasil. **El País Brasil**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/06/politica/1423258015_581946.html>. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

MORENO, Ana Carolina. Violência sexual é mais comum em festas e trotes, diz professora da USP. **G1 Educação**, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/08/violencia-sexual-e-mais-comum-em-festas-e-trotes-diz-professora-da-usp.html>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

PELÚCIO, Larissa. **Teoria Queer/Estudos Queer**. In: CARRARA, Sérgio...[et al]. (Org.). *Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria Espacial de Políticas para as Mulheres, 2015.



SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v.16, n.2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

TOLEDO, Luiz Fernando. Promotora investigará discriminação na Medicina da USP. **Estadão Educação**, São Paulo, 2014. Disponível em:
<<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,promotora-investigara-discriminacao-na-medicina-da-usp,1551904>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Gabinete do Reitor. Nota sobre festas nas dependências da UFF.** Niterói, 19 de março de 2015. Disponível em:
<<http://www.uff.br/?q=node/3488>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

VEJA.COM EDUCAÇÃO. **Trotes em universidade são difíceis de punir, dizem especialistas.** São Paulo, 2014. Disponível em:
<<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/trotes-em-universidades-sao-violacoes-dificeis-de-punir-dizem-especialistas>>. Acessado em: 15 de março de 2016.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.